

## TERAPIA OCUPACIONAL NO APOIO À GESTÃO SOCIOASSISTENCIAL EM TERRITÓRIOS DE EXCEÇÃO POR MEIO DE OFICINAS EMANCIPATÓRIAS

Occupational therapy in support of social assistance management in exceptional territories through emancipatory workshops

Terapia ocupacional en apoyo a la gestión socioasistencial en territorios de excepción a través de talleres emancipatorios

**Luciana Cordeiro**

<https://orcid.org/0000-0003-2912-1087>

Universidade Federal de Pelotas, Terapia Ocupacional, Pelotas, RS, Brasil

**Diego Eugênio Roquette Godoy Almeida**

<https://orcid.org/0000-0001-6408-474X>

Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Terapia Ocupacional, Vitória, ES, Brasil

### Resumo

**Introdução:** O Sistema Único da Assistência Social, historicamente, é desafiado pelos recursos escassos que lhes são direcionados, consolidando a perspectiva de focalização. Analisando a gestão dos territórios no período pré-pandêmico, percebe-se que não há estado de emergência causado pela crise: os problemas são regra. Isso deflagra o que nomeamos de territórios de exceção. **Objetivo:** investigar elementos relacionados à gestão de territórios de exceção a fim de contribuir com as práticas de Terapia Ocupacional Social voltadas aos trabalhadores da Proteção Social Básica. **Método:** trata-se de uma pesquisa participativa, utilizando-se das Oficinas Emancipatórias, na qual participaram sete trabalhadores de um Centro de Referência da Assistência Social. Os dados foram extraídos dos diários de campo e das gravações das oficinas. **Resultados e Discussão:** os achados foram categorizados e debatidos a partir da gestão interpessoal, institucional e político-municipal. Respectivamente, encontramos a permanência do cansaço e carência de reconhecimento social, da gestão da escassez e da ausência de planejamento de ações radicais. **Considerações finais:** A exceção faz parte do funcionamento normal do território, compondo também o modo como ele é gerido pela assistência social. Através das oficinas emancipatórias foi possível evidenciar contradições e superar alguns problemas territoriais, processo esse que traz importantes contribuições para a Terapia Ocupacional. **Palavras-chave:** Terapia Ocupacional. Território Sociocultural. Apoio Social. Pesquisa participativa baseada na comunidade. Emancipação Social.

### Abstract

**Introduction:** The Brazilian National Health System (SUS) has been historically challenged by the scarce resources allocated to it, consolidating the focus perspective. The analysis of the management of the territories in the pre-pandemic period shows that there is no state of emergency caused by the crisis; problems are the rule. This reveals what we call zones of exception. **Objective:** to investigate elements related to the management of zones of exception to contribute to Social Occupational Therapy practices addressed to the Basic Social Protection workers. **Method:** this is a participatory research, using the Emancipatory Workshops in which seven Social Assistance workers from a Reference Center participated. Data were extracted from field diaries and workshop recordings. **Results and Discussion:** the findings were categorized and discussed based on interpersonal, institutional and political-municipal management. Respectively, we found the permanence of exhaustion and lack of social recognition, of scarcity management, and of the absence of planning for radical actions. **Final considerations:** The exception is part of the normal functioning of the territory, also composing the social assistance management. Through the emancipatory workshops, it was possible to highlight contradictions and to overcome some territorial problems, a process that brings important contributions to Social Occupational Therapy.

**Key words:** Occupational Therapy. Sociocultural Territory. Social Support. Community-Based Participatory Research. Social Emancipation

### Resumen

**Introducción:** El Sistema Único de Asistencia Social, históricamente, se ha visto desafiado por los escasos recursos que se le asignan, consolidando la perspectiva del enfoque. Analizando la gestión del territorio en el período previo a la pandemia, es claro que no existe un estado de emergencia provocado por la crisis; los problemas son la regla, desencadenando lo que llamamos territorios de excepción. **Objetivo:** investigar elementos relacionados con la gestión de territorios de excepción para contribuir a las prácticas de Terapia Social Ocupacional dirigidas a los trabajadores de la Protección Social Básica. **Método:** se trata de una investigación participativa, utilizando los Talleres Emancipadores, en la que participaron 7 profesionales de un Centro de Referencia de Asistencia Social. Los datos fueron extraídos de diarios de campo y grabaciones de talleres. **Resultados y Discusión:** los hallazgos fueron categorizados y discutidos a partir de la gestión interpersonal, institucional y político-municipal. Respectivamente, encontramos la permanencia del cansancio y la falta de reconocimiento social, la gestión de la escasez y la ausencia de planificación de acciones radicales. **Consideraciones finales:** La excepción forma parte del funcionamiento normal del territorio, componiendo también la forma en que es gestionado por la asistencia social. A través de los talleres emancipatorios fue posible evidenciar contradicciones y superar algunos problemas territoriales, proceso que trae importantes aportes a la Terapia Social Ocupacional. **Palabras clave:** Terapia Ocupacional. Território Sociocultural. Apoyo Social. Investigación Participativa Basada en la Comunidad. Social Emancipación

### Como citar

Cordeiro, L. & Almeida, D.E.R.G (2023). Terapia Ocupacional no apoio à gestão socioasistencial em territórios de exceção por meio de oficinas emancipatórias. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 7(3), dossiê temático:1873-1890. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto58610.

## 1. Introdução

A atual política de assistência social não é suficiente para responder às demandas sociais no Brasil ainda que ela tenha se expandido nos últimos anos (Silva, 2014). A prevalência dos programas de transferência de renda, a exemplo do auxílio emergencial durante a pandemia de COVID-19 (Pandolfi et al., 2022), tensiona os recursos disponibilizados aos demais serviços socioassistenciais, tais como os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), consolidando a perspectiva de focalização em segmentos específicos e em situação de miséria (Silva, 2014). Os CRAS são equipamentos da Proteção Social Básica (PSB) da Assistência Social, de base territorial e preventiva, que assistem famílias e indivíduos “em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (PNAS, 2004, p. 33).

Mudanças significativas em todo o mundo foram operacionalizadas a partir da pandemia, que funcionou como lupa para a crise sociopolítica e ambiental já previamente instalada (Antunes, 2020; Granemann, 2021). Nesse sentido, é falsa a impressão de que os problemas sociais são fruto da pandemia, exclusivamente, o sistema entrou em crise profunda, pois o próprio capitalismo se alimenta delas, são inerentes ao capital.

Mediante à crise, à necessidade e à urgência de segurança durante o período pandêmico, os Estados democráticos de toda parte do mundo se autorizaram a suspender a ordem jurídica local vigente e regulamentar e modificar as leis, sobretudo em relação à liberdade de ir e vir, com a intenção de eliminar o caos, de estabelecer a ordem e de proteger os cidadãos, instaurando o estado de exceção. Nessa lógica, a ordem supera os direitos dos cidadãos em caráter excepcional/transitório (Costa, 2020).

O que Giorgio Agamben (2004), filósofo italiano contemporâneo, discute, no entanto, é que o *estado de exceção* se apresenta muito mais como fundamento do governo do que como uma medida excepcional. Quer dizer, a prática de controlar/eliminar em nome da manutenção da ordem deixa de ser excepcionalidade e passa a ser a regra vigente. O governo, assim, atenta contra a vida humana sem ser imputado pela lei. O que se tem é a criação voluntária de um estado de emergência permanente pelo poder soberano, que antecede a pandemia, período no qual essa prática esteve evidente, e está para além dela. As mortes violentas, a fome, a miséria e o medo tornam-se o habitual, demarcando modos de vida banidos dos direitos básicos. Nas palavras de Walter Benjamin, a *vida nua* (Agamben, 2004).

É através da alusão ao conceito limite de Agamben que se diz que o *estado de exceção* atua como regulador de determinados territórios, atualizando os paradigmas que marcaram a época colonial (Fazzini, 2018). Tal continuidade histórica dá-se na fragmentação entre espaço urbano e periferias, operação essa que responde pela constante violação dos direitos de cidadania de seus habitantes, vigiados fortemente pelo braço mais violento do poder do Estado, o militar. Desse modo, a população

que mora nesses territórios é vista como “inimiga” – a classe trabalhadora, negros e pobres – ou melhor, o resto dos cidadãos. No entanto, para sustentar tal fragmentação, para torná-la aceitável, é preciso invisibilizar aquela população sem direitos, construindo um discurso que justifique tais medidas. Assim, alguns territórios operam dentro da lógica da *exceção*, isto é, operam dentro das coordenadas socioespaciais em que os corpos tornam-se matáveis pela ação ou pela negligência estatal, do ponto de vista jurídico, político e econômico (Agamben, 2004). É uma extensão do colonialismo na modernidade.

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é a polícia e o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino, religioso ou laico, a formação de princípios morais transmitidos de pais para filhos, a honestidade exemplar de trabalhadores condecorados após cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor encorajado pela harmonia e pela prudência, essas formas estéticas do respeito à ordem estabelecida criam em redor do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que diminui consideravelmente as forças da ordem. Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de ‘desorientadores’ (Fanon, 1965, p.28)

A periferia seria o território construído a partir do operador da exceção, onde a condição de matabilidade, desamparo e violência é a norma de vida. Já no trecho de Fanon (1961), compreendemos também que a tanatopolítica – direito de vida e de morte, inerente ao mundo colonizado – é exercida pelo poder soberano encarnado não só pelo jurista ou governantes, mas também pelos policiais, professores, médicos, cientistas, sacerdotes, ou seja, os intermediários do poder, que sofisticam os aparatos de controle e opressão. Isso nos leva a questionar qual seria a função exercida pelos trabalhadores das políticas sociais na gestão dos territórios de exceção.

Nesta pesquisa, direcionamos essa pergunta a territórios de exceção do município de Pelotas/RS, onde oficinas emancipatórias ocorreram com trabalhadores da assistência social em 2020. Objetiva-se, aqui, investigar elementos relacionados à gestão desses territórios de exceção a fim de contribuir com as práticas de Terapia Ocupacional voltadas aos trabalhadores da Proteção Social Básica.

Ainda que terapeutas ocupacionais estejam aptos ao trabalho de assistência e gestão nos serviços do Sistema Único da Assistência Social (Brasil, 2011), a produção de conhecimento em Terapia Ocupacional relacionadas à gestão é escassa e traz uma lacuna ao longo de sua história no Brasil (Cruz; Souza & Emmel, 2014; Gonçalves & Carvalho, 2022).

## **2. Método**

### **Pesquisa Participante e Oficinas Emancipatórias**

Segundo Brandão e Borges (2008), a pesquisa participante é um termo guarda-chuva que nomeia uma miríade de experiências e métodos de investigação social. Trata-se de um processo de ação social

essencialmente dinâmico, através do qual surgem teorias a partir de ciclos de reflexão acerca da realidade histórica concreta dos participantes. Ou seja, a produção do conhecimento está condicionada à participação do pesquisador no campo.

A despeito da heterogeneidade nos métodos e referenciais, as investigações participativas possuem alguns traços em comum, entre os quais destacamos três (Brandão & Borges, 2008): explicitação de uma intencionalidade política, compreendendo a pesquisa como ação social; o compromisso estabelecido entre pesquisadores e setores populares com vistas a promover aprendizagem coletiva e fortalecimento organizativo local; integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo.

Para operacionalizar esta pesquisa participante, foram utilizadas as oficinas emancipatórias (OE), que consiste em uma tecnologia socioeducativa grupal, referenciada pelo materialismo histórico, possibilitando assim a compreensão das contradições sociais. Através dela, é possível investigar a essência (no sentido histórico) de problemas vivenciados pelos participantes, a fim de incentivar o pensamento crítico acerca do objeto da investigação e as possíveis formas de superação (Soares et al. 2019; Soares et al., 2018).

Tendo em vista o contexto da pandemia, foi necessário adaptar as OEs para a modalidade virtual, obedecendo o distanciamento social imposto na pandemia de Covid-19. Dessa forma, desenvolveu-se o processo educativo por meio de discussões que tinham a prática social, os conhecimentos técnico-políticos, o desejo e as intenções dos participantes como objeto.

Ocorreram quatro oficinas com a equipe do Centro de Referência de Assistência Social - Areal, no município de Pelotas, RS, mediadas por um pesquisador (M01) e dois estudantes de graduação. Cada oficina teve duração média de 1 hora. A periodicidade dos encontros foi semanal. Sete trabalhadores participaram das oficinas, sendo 2 assistentes sociais (P02 e P03), 2 educadores sociais (P04 e P05), 2 pessoas do administrativo e a gerente do serviço (P01).

Uma vez sendo a pesquisa de natureza participativa, a análise dos achados aconteceu no decorrer do processo, como produto do engajamento dos participantes envolvidos (Brandão & Borges, 2008). Tem-se como fonte de dados os diários de campo dos mediadores e a gravação dos encontros virtuais, além de conteúdos midiáticos em outras plataformas. Para validação interna dos dados produzidos nas OEs pelos participantes (categorias e problematizações levantadas pelo coletivo) e para aferição da pertinência e alcance socioeducativo da pesquisa (Cho & Trent, 2006), utilizou-se de *crônicas*, espécie de resumo da oficina anterior, que servia tanto para validar as discussões realizadas pelo grupo, quanto para retomar os pontos críticos, aquecendo para a oficina subsequente.

As gravações das OEs foram transcritas, realizamos a leitura flutuante do material e, em seguida, sistematizamos os dados nas seguintes unidades temáticas empíricas: gestão interpessoal, gestão

institucional e gestão político-municipal. Os excertos ilustrativos acompanham a indicação da oficina em que foram produzidos (Of1, Of2, Of3, Of4), bem como os participantes (M01, P01; P02, P03, P04 E P05). Apresentamos as falas mais representativas do todo, buscando o exercício de abstração das categorias segundo o Materialismo Histórico e Dialético (MHD), ilustradas pelas falas recortadas (Soares; Campos & Yonekura, 2013). O MHD apoia-se metodologicamente nos princípios da dialética, de forma a compreender a conexão entre o objeto de investigação e a totalidade social. Esse processo permite revelar o objeto na sua inteireza para além da expressão aparente. Com isso, é possível chegar à finalidade dessa perspectiva, que é propor mudanças que incidam sobre a raiz dos problemas (Soares; Campos; Yonekura, 2013)

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (CaaE 35308520.1.0000.5317) e todos os participantes consentiram em participar por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

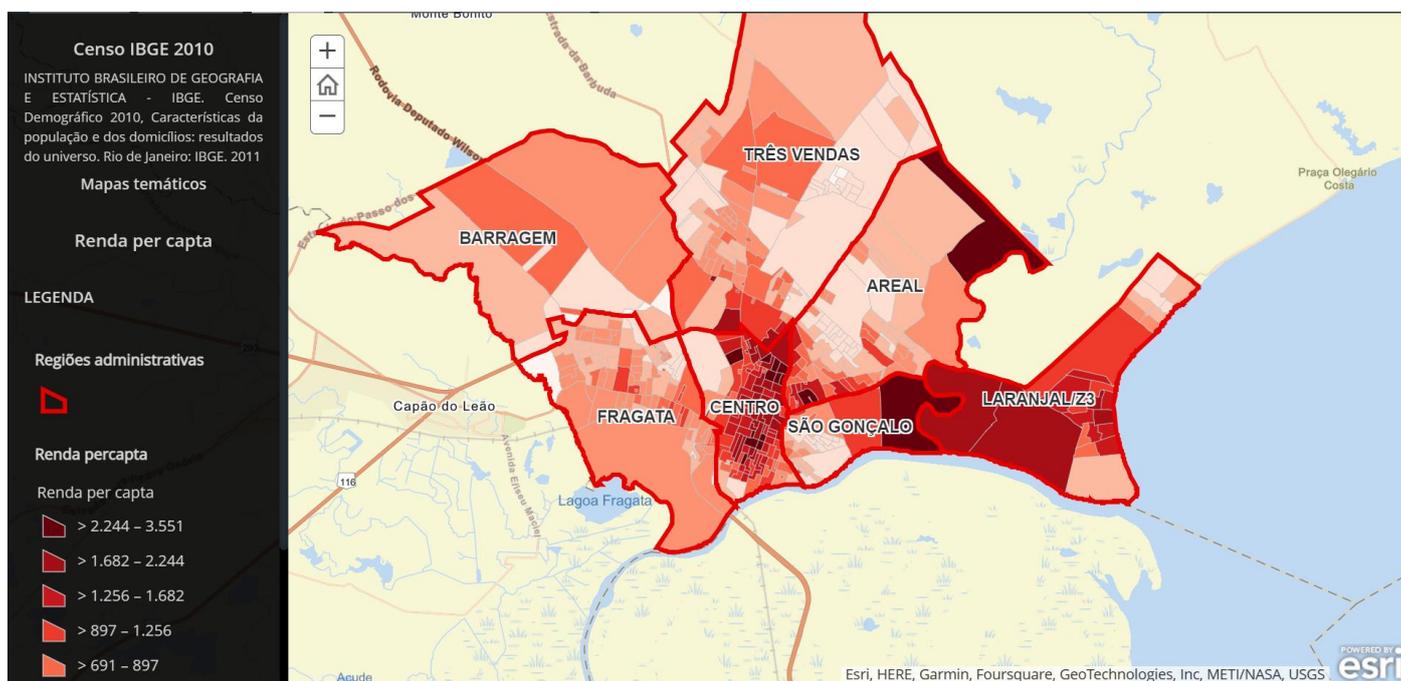
### **Pelotas: a Princesa do Sul**

A cidade de Pelotas está localizada no extremo sul do país e obteve um papel extremamente destacado na Província do Rio Grande do Sul durante o século XIX através da produção e exportação de carne salgada. Segundo a historiadora Mariana C. Gonçalves (2013), nos anos de 1830, o charque se tornou o principal produto de exportação da Província do Rio Grande do Sul, e Pelotas concentrou o maior número de charqueadas – principal atividade econômica da cidade durante o século XIX – dando origem a uma elite aristocrática e escravocrata.

Nesse período, percebe-se uma pujança econômica e social da elite pelotense, crescendo e ampliando seu acúmulo de riquezas, construindo prédios inspirados na arquitetura europeia, enviando seus filhos para estudar na Europa, importando produtos para seu lazer e para o poder público, tornando-se conhecida como a Princesa do Sul (Gonçalves, 2013, p. 1).

Os charqueadores tinham um número elevado de escravos trabalhando em seus estabelecimentos. Isso fez com que aumentasse o número de pessoas negras na cidade à medida que se desenvolvia a indústria de saladeiril (Leoner, 1997). Assim, a formação do espaço urbano em Pelotas se deve, diretamente, à fixação à terra, ao grande contingente de escravos e ao desenvolvimento de indústrias derivadas do charque, como curtumes, velas, sebos etc. (Ferreira, 2001).

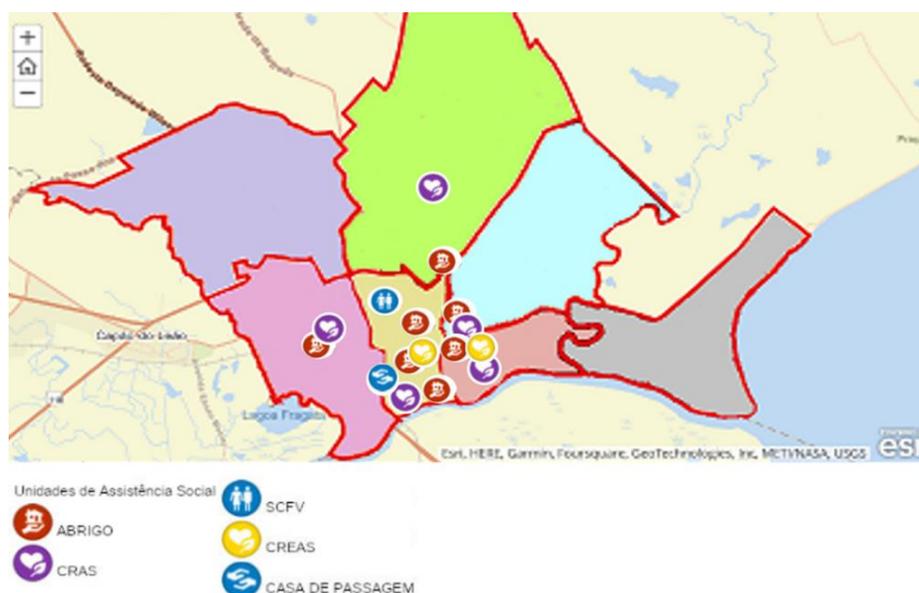
Muitas desigualdades são mantidas desde o período pós-abolição. A título de exemplo, tem-se que, atualmente, numa mesma região administrativa, a distribuição da riqueza varia enormemente, denotando fragilidade socioeconômica. É o caso da região do Areal, que, de acordo com o censo do IBGE de 2010 (figura 1), reúne a maior e a menor faixa de renda *per capita* devido à concentração de áreas comerciais ao norte e à loteamentos precários no centro-oeste, como o loteamento Dunas (Mereb, 2011).



**Figura 1.** Mapa do perímetro urbano de Pelotas/RS segundo a renda per capita

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística - IBGE. Censo Demográfico 2010, Características da população e dos domicílios: resultados do universo.

Da mesma forma, a distribuição de equipamentos socioassistenciais no município é desigual, estando a imensa maioria concentrada mais ao centro (Figura 2). Isso significa que a população residente das periferias geográficas de Pelotas carece de serviços públicos, tendo maior dificuldade em acessar seus direitos.



**Figura 2.** Mapa da distribuição espacial de serviços socioassistenciais no perímetro urbano de Pelotas/RS  
**Fonte:** Prefeitura Municipal de Pelotas, 2023. [GeoPelotas \(arcgis.com\)](http://GeoPelotas(arcgis.com))

O Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas vem sistematizando indicadores criminais em escala municipal a fim de informar os tomadores de decisão para o desenvolvimento de

ações estratégicas na área de segurança pública. Ainda que haja fragilidade na coleta de dados, advinda dos equipamentos públicos municipais de saúde, de assistência social e da própria segurança pública, os indicadores são úteis para situar os índices de violência e criminalidade em Pelotas de forma geral e nas suas regiões.

Segundo o Observatório, na região do Areal, entre 2019 e 2022, foram registrados 72 casos de estupro de vulnerável e 64 casos de maus tratos a crianças e adolescentes a partir de um ano de idade. Em relação à violência contra a mulher, no ano de 2022, 126 ocorrências foram registradas, considerando ameaça, descumprimento de medida protetiva, lesão corporal, estupro e vias de fato.

Os homens são as vítimas dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Areal, que somaram 29 registros entre 2017 e 2022. A tabela 1 mostra a caracterização dessas vítimas.

**Tabela 1.** Caracterização das vítimas dos crimes violentos letais intencionais de 2019 a 2022, na região do Areal, Pelotas, RS

Indicador		Número	%
<b>Sexo</b>	Masculino	28	96,5
	Feminino	1	3,5
<b>Escolaridade</b>	Não alfabetizado	1	3,4
	Ensino Fundamental	25	86,2
	Ensino Médio	1	3,4
	Ensino Superior	1	3,4
	Não informado	1	3,4
<b>Cor</b>	Branco	17	58,6
	Preto/pardo	12	41,4
<b>Idade (anos)</b>	Entre 12 e 22	10	34,5
	Entre 23 e 33	9	31
	Entre 34 e 44	7	24,1
	45 ou mais	3	10,4

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado nos dados do Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2022

Ainda que a população de Pelotas seja composta, de acordo com dados do IBGE, de 80,8% de brancos e 18,7% de pretos e pardos, 31,7% das mulheres que sofreram violência são pretas e pardas e 41,4% dos homens que sofreram CVLI também. Esses indicadores consolidam a maior vulnerabilidade da população não branca nesse território. Igualmente, pela análise dos dados apresentados, infere-se que os homens que morrem por motivo de violência no Areal sejam jovens (de 12 a 33 anos), pretos e pardos com baixa escolaridade.

### 3. Resultados

#### Gestão interpessoal: o cansaço e ausência de reconhecimento

Na primeira OE, deparamo-nos com falas que atestavam o medo e o sofrimento em relação ao curso da pandemia. Algumas trabalhadoras que se enquadravam nos grupos de risco, seja pela idade, seja por comorbidades, passaram a trabalhar remotamente inaugurando uma nova forma de trabalhar.

A equipe ficou cindida. Parte dela teria que atuar à distância, obrigada a lidar com ferramentas tecnológicas que lhes eram estranhas até então, sem qualquer parâmetro sobre como poderiam dar continuidade aos serviços da proteção social básica nesse novo formato. A outra parte seguiu com o trabalho presencial, exposta diretamente ao contágio viral, tendo que lidar com recursos mínimos e exigências igualmente inéditas. Tal separação despertou comparações entre os grupos, fazendo acender sentimento de culpa e autoexigência por parte de quem estava trabalhando de casa.

[...] como eu estou desde o dia 23 em casa, quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa que, eu sou extremamente agitada, eu não consigo parar (...) né, já passei por várias fases, já tive a fase do medo, depois a fase da depressão, a fase de chorar, de não sei o que, aí, depois, acalmar e não ter que levar da melhor forma, né, então, é bem difícil tu coordenar de longe, né, então, tu tem que contar muito com a tua equipe, né, então, é uma situação, assim, bem estressante, né, e a minha maior preocupação em fazer este grupo era pensando justamente nisso, no pessoal que está lá no CRAS, né, no dia a dia é muito estressante, eles têm, é muita gente, é muita coisa, e a gente não tem aquele lugar, assim, que a gente possa, tá, eu converso com eles, mas eu, né, eles não têm um lugar que eles possam se abrir, né, e desabafar, então, por isso que eu estava bem ansiosa para esse grupo acontecer (Of1; P01)

Os participantes estavam ansiosos pelo início das oficinas. Aguardavam algum cuidado durante as OEs, mesmo que essa palavra guardasse significados indefinidos. A expectativa tendia ao "cuidado psi", como se todo o sofrimento experimentado fosse de domínio pessoal, apartado dos processos de trabalho e contexto institucional e sociopolítico.

Eu não tenho ninguém para cuidar de mim, então isso foi uma coisa que me deprimiu no início, então eu acho que aqui eu me senti cuidada, alguém que me ouviu, porque parece mentira, mas tu começa a falar aqui em casa, tu começa a falar do teu trabalho, ah não, não quero ouvir coisa de trabalho, mas eu escuto do trabalho de todo mundo, eu escuto da minha filha que está não sei o que, do meu filho, então assim, eu aqui me senti, alguém estava me ouvindo, porque é muito difícil de tu seres ouvida, ser escutada realmente, então para mim foi muito importante porque eu realmente me senti acolhida, me senti até protegida, e que alguém me ouviu, me acolheu e não me julgou, porque também tem essa coisa de ficarem te julgando, oh tu está fazendo isso, tu está fazendo aquilo, então assim, para mim foi muito, muito importante (Of4; P01).

Importante destacar que, naquele momento, não havia espaço na agenda dos CRAS para discutir os reflexos da pandemia nos processos de trabalho. A comunicação era centrada totalmente nos aspectos burocráticos, sem abarcar a dimensão humanizante inerente à práxis. O cansaço e a exaustão eram sentidos como algo igualmente pessoal, sem se atentarem para a angústia gerada pelo "não saber o que fazer" naquele contexto para "amenizar a dor das pessoas".

A ausência do reconhecimento social também impactou a maneira como os participantes se enxergavam. Ainda que a Assistência Social fosse enquadrada como trabalho essencial na pandemia, as participantes questionavam a descaracterização dos serviços da Proteção Social Básica, a hipervalorização econômica e simbólica da saúde em detrimento da assistência social, bem como os baixos salários e não recebimento de insalubridade durante a pandemia.

Ninguém nos considera...Não, é isso que a gente ficou bem chateado, realmente. Não consideram a básica. A básica é a que tapa os furos de todo mundo e ninguém nos considera. Quando tem alguma bomba...É a prevenção. Mais uma vez, eles vão descobrir a prevenção 'pra tapar furo' (Of3; P01).

Sabe que uma outra coisa assim, agora no decreto da prefeita, lá no início, ela nos colocou junto com a saúde como sendo o serviço essencial. Mas, quer ver como nós somos serviços tão essenciais? Os técnicos do CRAS, nós não recebemos insalubridade. A saúde recebe insalubridade e tem inclusive algumas que recebem periculosidade e a gente... E o Então, a gente atende as mesmas famílias, os mesmos que a pessoa que saiu lá da saúde, ela foi, ela estava com tuberculose, ela saiu de lá e ela foi no CRAS, porque ela precisava conversar com a assistente social para ver as demandas dela. E assim, 'você não tratam de doença, você não tratam de saúde'. Então, nós técnicos não recebemos insalubridade. Mas, nós somos tão importantes quanto a saúde (Of3; P01).

Ao longo das OEs, fomos aprofundando questões, impulsionando importante movimento de luta por direitos dos trabalhadores. Antes, os participantes narraram iniciativas individuais e, no decorrer dos encontros, foi ficando mais clara a necessidade de organização coletiva que poderia resultar em importante forma de cuidado e gestão de elementos presentes na dialética subjetividade-objetividade do trabalhador.

### **Gestão institucional: a gestão da escassez**

A gestão institucional diz respeito às questões pertinentes ao equipamento CRAS.

Em uma fala provocativa, um dos mediadores da OE diz:

Estou falando que são recursos que já não vinham. Recursos que não estão. Eu peguei alguns dados de pesquisa aqui [...] O orçamento anual previsto agora vai vir pela metade. O orçamento para assistência. Vocês devem saber disso. O orçamento anual previsto agora vai vir pela metade. Está ruim, vai ficar pior. Taxa de desemprego está prevista, para no final do ano, aumentar para 20%. (Of1, M01)

Diante desse cenário, interrogamos sobre o Plano Anual de Assistência Social do município de Pelotas, a fim de que pudéssemos propor estratégias de ação que o momento demandava. Afinal, se os participantes sofriam pela impotência e paralisia causada pelas inúmeras urgências, a saída seria investir

no planejamento. O diálogo abaixo ilustra esse momento quando todos nos espantamos com a informação de que o não-planejamento era a norma:

[M01] Eu busquei, talvez vocês consigam me dizer melhor, eu não consegui achar um plano anual da assistência aqui de Pelotas. Existe esse plano anual, esse documento, falando das estratégias?

[P01] Não, acho que não.

[M01] Fiquei pensando como é importantíssimo a gente ter um plano, saber para onde a gente avança, quais são os desafios maiores, para até conseguir avaliar se foi efetivo ou não. Se a gente não tinha conseguido construir isso como política antes do COVID, talvez agora está deixando mais explícita a necessidade tanto de usar os espaços, nos serviços, para construir esse plano institucional, mas também um plano de todos os casos do SUAS aqui em Pelotas.

[P01] Talvez seja uma questão urgente mesmo [...] A gente precisa discutir, né, construir um plano aí (Of1)

Os trabalhadores continuaram empenhados em enxergar as carências no serviço. Suas palavras deixavam entrever o receio de denunciar a difícil realidade para os pesquisadores, levando em conta que parte delas estava sob contrato temporário de trabalho. Nesse ponto, é possível entender como a ausência de estabilidade profissional está na base da precarização das políticas sociais, atuando como barreira às transformações, posto que o trabalhador fica sujeito a retaliações e punições caso ajam criticamente.

Percebemos que a cultura da escassez no setor da assistência levava à disputa por espaço entre serviços coexistentes no mesmo prédio. Em outras palavras, a falta de recursos, inclusive infraestrutura básica, era uma situação naturalizada e desagregadora, o que impedia o reconhecimento de necessidades e agendas comuns entre tais serviços.

O CRAS acabou de ser entregue da reforma. Então, era um prédio grande, da prefeitura, mas estava muito estragado. A gente trabalhava embaixo de goteira, de maneira forçada. Vários problemas. Aí a gente lutou muito. Foi uma reforma de muito tempo, porque tu sabes também que é obra pública, né [...] A gente nunca parou de atender as crianças, [...] a gente sempre arrumando refeitório improvisado, mas nunca deixou de atendê-las. E agora que entregaram a reforma, que a gente estava cheio de planos, tudo arrumadinho, móveis novos, a gente consertando tudo para já começar a atender, né? Aí veio a notícia para que eles vão colocar moradores de rua ali. Fazer um abrigo de moradores de rua [...] E agora que a gente podia se estruturar, vão nos tirar o prédio. Mais uma vez vai ser a prevenção desassistida (Of3, P02).

Após alguns ciclos de debate, já na oficina 3, avançamos em alguns entendimentos a esse respeito:

A proteção básica acaba sendo fechada, né? Sempre fica de escanteio. E a gente pensa assim, como é que seria? Como é que precisa de mais? A gente está chorando por pouco. É migalha

ainda, né? Precisa de muito mais. Mas o que falta é uma gestão adequada, né? [...] É o mínimo, né, gente? (Of3; M01)

A escassez foi sendo identificada aos poucos, resultando em desculpabilização do trabalhador. Em alguns momentos, essa postura crítica foi interpretada pelos participantes como pessimismo estéril. Havia desconfiança em relação ao ponto de chegada das oficinas. Diante de tantos fatores, entendemos que a instrumentalização para a ação naquele momento era a aposta para sair do sentimento de impotência.

Em um movimento inventivo, os participantes começaram a imaginar ações a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Seria possível retomar alguma oficina com a população infanto-juvenil? Como os aplicativos de comunicação poderiam ser usados naquele contexto? Muitas perguntas foram surgindo até que decidimos consultar os materiais oficiais sobre esse serviço a fim de problematizarmos o papel das atividades e oficinas na garantia do convívio e fortalecimento das redes de apoio territorial.

Mais uma vez nos deparamos com a escassez de materiais destinados à Proteção Básica que pudessem, de fato, respaldar teoricamente os profissionais no manejo de oficinas. Ou seja, sem uma apropriação teórica, seria muito difícil pensarmos em metodologias adaptadas ao momento.

Eu vejo que o caso não pode mais se apegar a cartilhas e ordenanças que já existiam, que estão prontas há muitos anos. Eu recebi uma missão de passar algum conhecimento para a nova colega que está chegando no caso, e fiquei chateada porque o material é defasado. O material não estimula o usuário, nem o profissional, a trabalhar de forma a ser um defensor dos direitos. Então, eu estou com a dificuldade [...] para montar o plano de ação, principalmente pelo pouco conteúdo que tem (Of4; P03).

E tem uma hora que esgota[m] as ideias [...] Como a gente pensa num instrumento adequado pra lidar com as demandas que eles trazem pra gente? (Of3; P04).

Percebemos uma cadeia despotencializante. A ausência de investimento em educação continuada por parte do município levava ao baixo domínio teórico e metodológico dos trabalhadores. Por sua vez, o trabalho carente de reflexão restringia a análise do processo de trabalho, impactando na qualidade da assistência social. Inclusive, levantamos a problemática da violência doméstica durante a pandemia, anunciada em pesquisas, e os trabalhadores, mais uma vez, demonstraram não ter condições de avaliação, planejamento e ação voltadas à prevenção. Na falta de análise técnica adequada, baseada na leitura histórica e social, o que sobra é a culpabilização de indivíduos.

Eu acho que a violência até pode estar maior nesse período da pandemia, para as pessoas estarem em casa, mas falta também, como antes, as pessoas terem a atitude de denunciar. E não sei, acho que seria um pouco de como as mulheres têm medo de se expor e tal. Talvez pode ser por causa disso. As denúncias não aumentaram lá no CRAS, mas eu acredito que a violência tenha aumentado (Of2; P05).

### **Gestão político-municipal: ausência de planejamento de ações radicais**

Sem ações radicais, voltadas para justiça social, a Assistência Social fica incumbida da gestão de mínimos, sendo incapaz de responder às necessidades da população.

A gente está vivendo a descaracterização do nosso serviço [...], a gente está resumida a entregar cesta básica, e sim, as pessoas precisam, mas a gente fica angustiada com isso, e a gente se acostuma também com isso. Ah, então se eu só vou entregar cesta básica e a gente fica vendo a vida dessas pessoas também passando ali na nossa mesa, no CRAS, em atendimentos de cinco minutos, né, para entregar uma cesta básica, então, claro, isso nos causa uma angústia, [...] que característica que a gente quer manter do nosso serviço daqui para frente, e o que a gente precisa retomar? (Of; P02)

[...] a gente se sente muito culpado. A gente queria fazer mais. A gente queria concretizar a política de assistência de fato. Trabalhando nas diversas frentes. Mas a gente só consegue fazer o básico do básico. Que é o que a gente dá conta. E é ok. A gente trabalha com o que tem mesmo. Mas a questão é: antes disso, quanto a gente conseguia extrapolar? (Of1; P01).

Diante da insegurança alimentar, o CRAS passou a distribuir cestas básicas, chamadas de "sacolas". Os alimentos eram insuficientes e, obviamente, não garantiam uma segurança nutricional. As trabalhadoras tinham que escolher quais famílias receberiam os alimentos, sem critérios claros para isso. Com efeito, o CRAS era levado a policiar a intencionalidade das famílias assistidas quanto à necessidade real de receber a cesta básica. Havia certa desconfiança e, nesse julgamento, quase sempre recorriam aos estereótipos de vulnerabilidade para tomar decisões.

[...] a gente vai entregar sacolas no CRAS só para as famílias que nós já acompanhamos. Não vai ser mais assim como estava aquele oba-oba. Então, vai ser só com as famílias que a gente já acompanha. Então, na semana passada, que a gente entregou acho que 30 sacolas [...] a gente tem uma parceria com a LBV muito boa, eles entregaram, eles todos os anos nos dão mantinhas, cobertas (Of2; P01)

Há uma grande vulnerabilidade dos usuários que estão sendo assistidos pelo CRAS. O CRAS tem sido um serviço pra pessoa ir lá buscar o benefício eventual [...] benefício emergencial, é uma necessidade do momento, mas que a gente possa abrir outras necessidades, pros grupos do serviço de convivência mesmo, com atividades remotas, mas pra isso, a gente precisa de materiais, então assim, a gente pode ter uma pré-disposição e um desejo que as coisas aconteçam, mas às vezes, as coisas param porque... tu precisas de recurso né? Tu não podes iniciar um trabalho e daqui a pouco interromper por falta de materiais, isso desmotiva (Of2; P01).

Conseguimos alguns avanços ao longo das OE no que toca à finalidade da Assistência Social, ainda que não houvesse qualquer parâmetro político ministerial, estadual ou municipal para isso. Reflexos das OE na possibilidade de um planejamento mínimo, extrapolando ações burocráticas de cadastramento

compulsório foram identificados. Tivemos notícia, assim, que a Secretaria Municipal passou a garantir, na agenda semanal, um turno para que as trabalhadoras de todos os CRAS pudessem planejar suas ações.

[...] precisamos, talvez, sensibilizá-la [gestão municipal] para esse projeto, para a necessidade de construção de um plano municipal para o município de Pelotas. Como é que a gente vai enxergar ações que são estratégicas agora, no período da Covid, pós -Covid, para além de... A gente não consegue agir assertivamente, se a gente não planeja. E para eu poder saber em que grupo agir, como agir, o que é essencial, eu preciso avaliar como é que a gente faz isso (Of 4, M01).

Porque a parte burocrática, vamos dizer assim, registro, ficha, mapão, série de coisas que têm que ser feitas estão acumulando, porque a gente não tem gente para fazer. Então, estava assim, a gente pediu para a gestora municipal que sustentasse isso com o secretário, porque a gente estava precisando. Então, ela conversou com ele, autorizou, ela justificou o que a gente precisava (Of2; P01)

A gente ficou bastante contente porque vai ao encontro daquilo que a gente estava discutindo, a necessidade de ter um momento, um tempo, espaço para a equipe se reunir para conversar sobre o trabalho e, principalmente, sobre os desafios e ter algum plano, algum plano emergencial para esses meses que virão (Of2; P01)

#### **4. Discussão**

Os resultados alojados nas categorias empíricas acima – quais sejam, gestão interpessoal, institucional e político-municipal –, complementados pelos indicadores sociodemográficos e de violência da região do Areal do município de Pelotas, expõem aquele como território de exceção. A *vida nua* não representa apenas os usuários do SUAS, contraditoriamente, os trabalhadores do território, cansados e carentes de recursos de toda ordem, também são constantemente violentados pelo Estado na medida em que, de forma escamoteada e sem nenhum reconhecimento pelo seu esforço, têm como principal função a organização do caos social. Quer dizer que a exceção faz parte do funcionamento normal do território, compondo também o modo como ele é gerido pela assistência social.

A partir da concepção marxista de processo de trabalho (Marx, 2012), tomando por objeto aquilo sobre o qual incide o trabalho para transformá-lo num produto, percebemos que, para além do período pandêmico, desde muito, havia falta de clareza do objeto de trabalho no CRAS. Também era notável a falta de domínio de instrumentos potentes para responder às demandas sociais da população, dificultando o processo de transformação que deveria ser operado, produzindo falta de sentido no trabalho. A não garantia de um espaço para refletir sobre os processos de trabalho na instituição também é sintomática desse retrato.

A análise das contradições presentes nas oficinas escancara que, estando diante do território de exceção, os trabalhadores não se dão conta que estão em franco processo de desumanização pelo trabalho. Isto é, a prática reiterada, representada pela entrega de sacolas, além de descaracterizar o serviço, se apresenta como alienante (Marx, 2012). Ao invés de se realizarem no trabalho, os trabalhadores ignoram o fato da ação ser fruto do conhecimento de sua subjetividade e de sua potência humana, tendo como reação às irrupções emocionais. O *boom* de depressão e suicídio durante a pandemia seria um dos sintomas da *sociedade do cansaço*, caracterizado pela falsa sensação de liberdade ante o imperativo neoliberal de rendimento forçado e exploração de si mesmo, somado à decadência dos rituais de convivência e comunidade. Em outras palavras, o mal-estar experimentado no mundo contemporâneo não é exceção gerada pelo vírus, é a regra (Byung-Chul Han, 2015).

Analisando o contexto pandêmico, Carolina Stuchi (2020) alertava que o futuro da Assistência Social depende da disputa sobre o que seria um Estado Democrático de Direito. Há aqueles, diz a autora, que defendem o Estado Mínimo e políticas de austeridade, advogando por uma Assistência Social restrita às ações pontuais; numa ala oposta, há aqueles que reivindicam a assistência social como um direito fundamentado no valor da dignidade humana. Os interesses de classe ficam evidentes na arena política, e a pandemia só escancarou a perversidade da agenda de reformas trabalhistas e previdenciárias; do teto de gastos públicos previsto pela Emenda Constitucional 95, a qual estipulou limites para as despesas primárias dos Órgãos por 20 exercícios financeiros a partir do ano de 2017; e do descumprimento dos deveres orçamentários da União nos últimos anos (Stuchi, 2020).

No decorrer das oficinas, os participantes foram entendendo que a Política Nacional de Assistência Social é contraditória, prevendo justiça e autonomia, embora não consiga ir além de poucas compensações. Em 2020, o Ministério da Cidadania propôs o Auxílio Emergencial, criado para oferecer renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável (BRASIL, 2020), e a sociedade civil em Pelotas se organizou para suprir a insegurança alimentar da população carente no momento pandêmico. No entanto, seguindo a norma, a Proteção Básica, considerada serviço essencial, não recebeu reforços e foi obrigada a expor seus trabalhadores.

O trabalho no CRAS está pautado na busca por efetivação de direitos garantidos por lei, muitas vezes não concretizados. Apostamos que esse caminho por dentro do capital seja válido na construção da luta por justiça social. No entanto, não devemos deixar de perseguir a emancipação no sentido do exercício da potência humana no desenvolvimento do trabalho de construção do mundo (Tonet, 2011). Para tanto, além do SUAS, a educação é ferramenta prioritária, motivo pela qual utilizamos as OEs como técnica nesta investigação para apoiar trabalhadores de equipamento socioassistencial.

Mas não falamos de qualquer educação. Com Fanon (1965), entendemos que territórios colonizados são controlados violentamente pelos agentes do poder (entendendo a negligência também como dispositivo) na manutenção da colonização. Eles atuam como “desorientadores”, professores da moral, lançando mão da força bruta, mas sobretudo da força ideológica que educa para a lealdade incondicional às instituições, à ordem e ao amor sustentado pela harmonia e pela prudência. Nesse âmbito, os achados evidenciam o

quanto o trabalho socioeducativo na Assistência Social precisa avançar dentro de uma agenda libertadora, rompendo com a atmosfera de submissão que envolve os territórios de exceção.

Ainda que o processo de transformação de práticas por meio de produção de crítica sobre o trabalho do CRAS operacionalizada pelas OEs tenha sido inicial, ao longo do processo, os trabalhadores passaram a reivindicar espaços de reflexão e compreenderam a necessidade de planejamento do trabalho por parte da Secretaria e do próprio serviço. Através das OEs, foi possível evidenciar contradições e superar alguns problemas territoriais. Os trabalhadores toparam o desafio de buscar a práxis (Vázquez, 1977), isto é, voltar suas ações para transformar a natureza guiadas pela teoria, com intencionalidade e clareza do que se quer alcançar no sentido de transformação do território.

Esse processo traz importantes contribuições para a Terapia Ocupacional Social dada a lacuna de pesquisas em Terapia Ocupacional Social voltadas para o trabalho de gestão e apoio institucional. Cruz e colaboradores (2014), por exemplo, realizaram uma pesquisa com 278 terapeutas ocupacionais de diferentes instituições do Brasil sobre a formação de terapeutas ocupacionais para a prática de gestão. Os resultados revelam que esses profissionais vinham exercendo um papel mais participativo na gestão nas instituições onde trabalham, apesar da maioria referir dificuldades em relação ao conhecimento do conteúdo de gestão em sua formação.

Um marco importante na história da Terapia Ocupacional, que reafirma sua contribuição no campo social, foi a sua inserção na Política Nacional de Assistência Social, prevista na Resolução 17 do Conselho Nacional de Assistência Social em 2011. O texto determina que terapeutas ocupacionais podem integrar as equipes de referência e de gestão do SUAS nos diferentes níveis de atenção, sendo que sua inserção nas equipes deverá respeitar a estruturação do serviço, a partir das características e particularidades locais (Brasil, 2011). No interstício de 2011 a 2016, percebe-se que os profissionais com formação em terapia ocupacional vêm ocupando, majoritariamente, as equipes técnicas dos equipamentos/serviços analisados conforme os dados do CensoSUAS (Oliveira et al, 2019). Somente 61 deles (4,6%) atuavam como coordenador/diretor. Sendo assim, as categorias relacionadas à gestão de um território de exceção podem ser úteis ao trabalho de terapeutas ocupacionais, particularmente, no contexto do Sistema Único da Assistência Social.

Outro ponto a ser destacado é a contribuição da Oficina Emancipatória como tecnologia social no apoio institucional. O processo de trabalho, abrangendo seu objeto e instrumentos colocou-se como foco analítico privilegiado para compreensão e intervenção nesta pesquisa, estando intimamente relacionada à luta por direitos e à justiça social teorizada pela Terapia Ocupacional (Córdoba, 2020).

## **5. Considerações Finais**

A exceção faz parte do funcionamento normal do território, compondo também o modo como ele é gerido pela assistência social. As oficinas emancipatórias colocaram-se como relevantes tecnologias de

intervenção capazes de evidenciar contradições e superar problemas territoriais nas escalas interpessoal, institucional e político-municipal.

Os achados apontam para a normalidade do cansaço e da carência de reconhecimento social, para a permanente gestão da escassez, e para a ausência de planejamento de ações radicais. Embora a pesquisa diga de uma realidade local, é possível que essas categorias sejam extrapoladas para outros contextos.

Quanto às limitações da pesquisa, entendemos que os encontros virtuais foram insuficientes para investigar as práticas assistenciais no que toca às demandas da população. Verificamos que os dados oficiais sobre o território são escassos, dificultando a avaliação mais precisa do papel do CRAS frente aos desafios de gestão do território.

## Referências

Agamben, G. (2004). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Editora UFMG

Antunes, R. (2020). *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo.

Bartholo, L. (2020). Webinário #5 | Covid-19 e os desafios da assistência social. 2020. vídeo (100 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2YKC78G3-iw&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Brandão, C. R. & Borges, M. C. (2008). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista De Educação Popular*, 6(1). Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>

Brasil. (2004). Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. (2011). Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Resolução Nº17, de 20 de junho de 2011.

Cho, J & Trent, A. (2006). Validity in qualitative research revisited. *Qualitative Research Journal*, 6 (3), 319-340. <https://doi.org/10.1177/1468794106065006>.

Costa, H. de O. (2020). Coronavírus, democracia e o estado de exceção. *Ponto-E-Vírgula*, (26), 57-67. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2019i26p57-67>.

Córdoba, A. G. (2020). Sobre as novas formas de colonização em terapia ocupacional. Reflexões sobre Justiça Ocupacional na perspectiva de uma filosofia política crítica, *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 28(4), 1365-1381. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2175>

Cruz, D. M. C. da, Souza, F., & Emmel, M. L. G. (2014). Formação do terapeuta ocupacional para a gestão. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 25(3), 309-316.

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i3p309-316>

Fanon, Frantz (1965). *Os Condenados da Terra*. Ulisseia.

Fazzini, L. (2018). Territórios de exceção: poder, espaço urbano, literatura. *RUA*, 24(2).

<https://doi.org/10.20396/rua.v24i2.8653877>.

Gonçalves, M. C. (2013). A Princesa do Sul de Bernardo e Jerônimo: a Pelotas escravista a partir de crônicas e folhetins. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2013, p. 1-15. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Mariana-Couto-Gon%C3%A7alvestexto.pdf> Acesso em: 04 de maio de 2023.

Gonçalves, M. & Carvalho, C. (2022). Desafios e práticas na gestão em tempos de pandemia: a experiência do departamento de terapia ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Práticas em Gestão Pública Universitária*, 6(1), 233-253. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/45906/28783>

Granemann, S. (2021). Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00305137. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00305>

Han, Byung-Chul. (2015). *Sociedade do cansaço*. Vozes, 2015.

Loner, A.B. (1999). Negros: organização e luta em Pelotas. *História em revista. Pelotas: UFPel*, 5, 07-27.

Marx, K. (2013). *O capital*. São Paulo: Boitempo.

Mereb, H. P. (2011). *Loteamento Dunas e sua microfísica de poder*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas]

<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/1625>.

Pandolfi, A.F; Braga, D. K. C. S.; Leal, F. X., Barbosa, R. S & Borges, R. E. S. (2022) O auxílio emergencial no Brasil durante a pandemia por Covid-19. *Ser Social*, 25(51), 305-325.

<https://doi.org/10.26512/sersocial.v24i51.33863>

Soares, C. B., Campos, C. M. S. & Yonekura, T. (2013). Marxismo como referencial teórico-metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 47(6), 1403-1409. doi:10.1590/S0080-623420130000600022

Stuchi, C. Webinar #5 | Covid-19 e os desafios da assistência social, 2020. 1 video(100 min).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2YKC78G3-iw&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Tonet, I. (2013). *Educação, cidadania e emancipação humana*. Maceió: Edufal.

Vázquez, A.S. (1997). *Filosofia da práxis*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**Contribuição dos autores:** L.C. elaboração, coleta de dados, formatação, análise dos dados, revisão do texto. D.E.R.A. elaboração, coleta dos dados, análise dos dados, formatação, revisão do texto.

**Recebido em:** 08/02/2023

**Aceito em:** 03/04/2023

**Publicado em:** 15/08/2023

**Editor(a):** Marina Jorge da Silva